

A woman with curly hair and a young child are sitting at a table, looking at a large document together. The woman is pointing at something on the page, and the child is looking up at her. The scene is dimly lit with a blue tint. The document they are looking at appears to be a form or a report with various sections and text.

PLANOS DE AÇÃO DOS COMITÊS PARA 2026



PLANOS DE AÇÃO DOS COMITÊS PARA 2026

Esta seção contém os objetivos e os planos de ação dos Comitês da ABDIB para 2026. Por se tratar de um ano eleitoral, todos os Comitês se envolverão com a elaboração de um conjunto de propostas que será encaminhado aos candidatos à Presidência da

República e a outros candidatos a cargos eletivos nas eleições que acontecerão em outubro. Outro objetivo comum a todos os comitês será a elaboração do Plano de Ação 2050 — com o planejamento estratégico da ABDIB para as próximas décadas.

Aeroportos

— **Coordenador:**
Marcelo Allain (BR Infra Group)



Objetivos

Oferecer sugestões de ações e propostas para as concessões aeroportuárias existentes e futuras, encaminhando-as às autoridades competentes.



Plano de ação

- Acompanhar os processos de relicitação e repactuação de concessões aeroportuárias, em especial dos aeroportos de Galeão (GIG) e Viracopos (VCP).
- Acompanhamento das pautas e propostas governamentais para apoio ao setor aéreo, como uso do FNAC e sobre papel da Infraero.
- Analisar os impactos de mudanças tributárias, tendo em vista a regulamentação dos novos impostos IBS e CBS sobre o setor aéreo.
- Contribuir nos temas da agenda regulatória da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), bem como para discussões sobre cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e redução de emissões CO2 no setor aeroportuário.
- Contribuir para o aperfeiçoamento do programa AmpliAR de investimentos em aeroportos regionais.



Construção pesada

— **Coordenador:**
Miguel Noronha
(Construtora Barbosa Mello)

— **Coordenador adjunto:**
Claudio Medeiros (Sinicon)



Objetivos

Aprimorar as estratégias e ações do Comitê, visando reunir e integrar o conjunto dos stakeholders da Construção Pesada.

Evoluir nas ações de fortalecimento da Construção Pesada em sua atuação nos setores privado e público, em bases sustentáveis e alinhadas com os demais stakeholders.

Dar continuidade aos projetos em desenvolvimento do Comitê: 1 - Modelos de Gestão, Alocação de Riscos e Contratos em Construção Pesada; 2 - Desafios e Soluções para a Carência de Quadros Profissionais na Construção Pesada.

Promover ações de inovação no setor, como a adoção de novas tecnologias, soluções financeiras, seguros e garantias, apoiando mecanismos para seu fomento e disseminação.

Contribuir para o reconhecimento do setor perante a opinião pública, promovendo a imagem do setor como agente estratégico para o desenvolvimento, por meio de ações de comunicação, transparência, responsabilidade social e valorização da engenharia nacional.



Plano de ação

— Avançar com o Projeto 1 - Modelos de Gestão, Alocação de Riscos e Contratos em Construção Pesada, a ser concluído em junho de 2026, com emissão de manual de melhores práticas, relatório final e workshop.



- Avançar com o Projeto 2 - Desafios e Soluções para a Carência de Quadros Profissionais na Construção Pesada, no 1º semestre de 2026, com foco na promoção de atividades voltadas aos públicos-alvo e na ação de influência junto a governos, entidades, universidades e outras instituições, inclusive por meio de workshop.
- Realizar o seminário “Novos Paradigmas para a Construção Pesada no Brasil”, em junho ou agosto de 2026, em São Paulo.
- **Conceber e planejar programa de capital humano e empregabilidade no setor da construção pesada, com os seguintes eixos de ação:**
 - Eixo 1 – Programa Nacional de Transição ao Trabalho Produtivo.
 - Eixo 2 – Plano Nacional de Valorização da Engenharia Brasileira.
 - Eixo 3 – Programa Nacional de Formação Técnica em Infraestrutura.
 - Eixo 4 – Agenda de Modernização das Relações de Trabalho.
 - Eixo 5 – Ecossistema de Comunicação, Conhecimento e Empregabilidade.

- Promover junto aos poderes constituídos a retomada dos investimentos públicos e de seu necessário suporte ao setor, com definição de prioridades com base nas lacunas observadas nas infraestruturas, a exemplo do apoio ao Programa Nacional de Ampliação e Modernização da Malha Rodoviária Federal elaborado pela ANEOR com apoio de outras entidades.
- **Apoiar a Agenda Legislativa para o Setor da Construção Pesada:**
 - PEC 01/2021: garantir que, pelo menos, 70% dos recursos obtidos com outorgas onerosas de serviços e de infraestruturas de transportes sejam reinvestidos no próprio setor.
 - PL 6139/2023: Crédito à exportação de bens e serviços.
 - PL 2159/2021: Licenciamento Ambiental.
 - Lei 15.190: Lei Geral do Licenciamento Ambiental.
 - Revisão da Lei nº 14.133/2021: Nova Lei de Licitações.
 - PL 5401/2023: Vedação do pregão eletrônico para contratações de obras.

Diversidade e inclusão

- **Coordenador:**
Milena Moreno Giglioti (Santos Brasil)
- **Coordenadora adjunta:**
Cintia Torquetto (Infra Women Brazil)

Objetivos

Contribuir para a consolidação de um ambiente institucional e empresarial mais diverso, equitativo e inclusivo no setor de infraestrutura, apoiando a ABDIB na conscientização e no engajamento de suas empresas associadas, de modo a influenciar práticas corporativas,

projetos de infraestrutura e a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.



Plano de ação Articulação Institucional e Parcerias Estratégicas

- Estabelecer parcerias com entidades, organizações e iniciativas de referência em diversidade, equidade e inclusão no Brasil, ampliando o repertório técnico, institucional e de boas práticas disponíveis ao setor de infraestrutura.



Plano de ação Produção de Conhecimento e Referências Setoriais

- Desenvolver um Guia de Boas e Más Práticas em Diversidade e Inclusão no Setor de Infraestrutura, contemplando:
 - práticas corporativas nas empresas associadas;
 - diretrizes aplicáveis a projetos de infraestrutura, desde o planejamento até a operação, exemplos, riscos reputacionais e aprendizados do setor.



Plano de ação Formação, Letramento e Engajamento

- Promover eventos, encontros e ações de sensibilização sobre diversidade e inclusão, com foco em letramento e formação de executivos e lideranças das empresas associadas.
- Estruturar uma trilha temática de aprendizado, conectando diversidade, estratégia, governança, pessoas e impacto social no setor de infraestrutura.

Engenharia

— **Coordenador:**
José Carlos Valsecchi (Arcadis)



Objetivos

Priorizar e disseminar informações relevantes sobre as melhores práticas de engenharia, tendências, modelos de planejamento e contratação de obras e engenharia. Através do compartilhamento da experiência e conhecimento de agentes relevantes do segmento de engenharia consultiva, e de forma imparcial e institucional, proporcionar compartilhamento de conhecimento, melhores práticas, lições aprendidas e modelos de gestão e engenharia de projetos, buscando promover o debate, melhor conhecimento e integração dos serviços com os diversos setores da indústria e com os demais comitês matriciais da Abdib.



Plano de ação

- Continuar o processo de aproximação com entidades co-irmãs do setor de engenharia consultiva, tais como ABCE, FIDIC, Abemi e Sinaenco, já convidadas e com assento no Comitê, trocando informações, experiências e conhecimento de forma a promover uma atuação mais sinérgica e integrada.
- Discutir as novas tendências do mercado de engenharia, notadamente as relativas a Inteligência Artificial e seus impactos na indústria da Construção.
- Realizar reuniões no primeiro semestre sobre qualidade dos serviços nas empresas de engenharia, disponibilidade de mão de obra face a demanda do mercado e possibilidades de uso de Inteligência Artificial.
- Realizar workshop no primeiro semestre sobre Data Centers.

- Realizar um workshop no segundo semestre sobre transição energética, análise da matriz e oportunidades para o mercado brasileiro.
- Ampliar o *networking* entre *stakeholders* dos diversos setores relacionados à engenharia.

Estratégico do setor elétrico

— **Coordenador:**
Hugo Renato Nunes (EDP)



Objetivos

Para 2026, o comitê propõe o acompanhamento e o diálogo qualificado a respeito da implementação da agenda legislativa e regulatória relativas ao setor elétrico, com análise de impactos nos diversos segmentos da indústria do setor elétrico e atuação com a administração pública, agência reguladora, congresso, instituições e agentes setoriais. Destacando:

- Resguardar a independência e autonomia das instituições que compõem o setor elétrico brasileiro com vista a adequada governança do Setor Elétrico Brasileiro (SEB).
- Preservar a segurança jurídica, econômica e tarifária dos contratos de concessão.
- Promover a prorrogação e/ou a renovação dos contratos das concessões.
- Reduzir os subsídios setoriais, melhorar a sinalização de preço e assegurar adequada alocação de custos e riscos.
- Alinhar estrategicamente setor com as agendas regulatórias e setorial, em prol dos investimentos sustentáveis no setor).

- Estudar e propor ações/vetores visando o desenvolvimento da cadeia de bens e serviços (indústria de base) para o setor de energia.
- Contribuir com as questões e critérios de sustentabilidade nas operações e na transformação da matriz energética do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva (ESG e investimento sustentável no setor elétrico).



Plano de ação

- Propor, atuar e participar com autoridades do setor, das discussões sobre as novas fontes de energia e novas tecnologias (matriz de energia em transformação, intermitência, flexibilidade, reserva de capacidade de potência, sistemas de armazenamento, *curtailment*, dentre outros).
- Atuar no sentido de desenvolver ações para o fortalecimento da regulação nacional, com destaque para o acompanhamento de iniciativas legislativas e do poder executivo que interfiram na autonomia da agenda regulatória, promovendo a defesa dos papéis institucionais de regulação e fiscalização.
- Contribuir com a agenda legislativa, de governo e regulatória a ser estabelecida pelo legislador e pela administração pública em prol da segurança jurídica, medidas de desenvolvimento produtivo e competitivo de modernização do setor elétrico. Destaca-se as novas propostas e agenda infralegal necessária para a regulamentação do PLV 10/2025 (MPv 1304/2025), com o tratamento das questões estruturantes.
- Atuar em parceria com o ONS, a EPE e outras instituições e associações setoriais, quando couber, para proposição de estudos e análises no endereçamento de soluções para a conexão com o grid, os cortes de geração, aplicação de sistemas de armazenamentos, inserção de novas tecnologias e soluções avançadas, com destaque para a mobilidade elétrica, além de Data Centers e Hidrogênio.
- Acompanhar, aprofundar, propor e estruturar questões e critérios de sustentabilidade nas operações e na transformação da matriz energética do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva.
- Acompanhar e propor as condições para implantação de redes inteligentes de energia no Brasil (medidores inteligentes, digitalização das redes, telecomunicação, interoperabilidade e cybergurança).
- Acompanhar e atuar nos temas da agenda de governo e regulatória que possuam efeitos sistêmicos e estruturantes, com destaque para prorrogação das concessões de G/T/D, equilíbrio dos contratos, remuneração dos serviços de geração e das concessões de distribuição e transmissão além das condições sustentáveis para a abertura de mercado.
- Atuar para a redução dos subsídios setoriais, com prazos, transição e alocação de custos adequados à cadeia do setor e ao consumidor, com discussões sobre geração distribuída previstas na regulação e no Poder Legislativo.
- Proposição de aprimoramentos na agenda regulatória para ampliação de horizonte (de 2 para 4 anos), mais determinativa e com revisões anuais, além do desenvolvimento de uma agenda estratégica para o setor, com horizonte de 10 ou 15 anos com revisões bianuais, sob a coordenação do MME.
- Acompanhar e propor ações relacionadas aos impactos fiscais, tributários e financeiros decorrentes da agenda econômica nacional, com destaque para temas como a Reforma Tributária, a implementação do Pilar 2 da OCDE e as propostas de alteração na tributação de dividendos, dos

Juros sobre Capital Próprio (JCP) e do WACC regulatório.

- Propor medidas para garantir o suprimento adequado do mercado nacional diante da crescente demanda por equipamentos e infraestrutura, com foco na ampliação da capacidade produtiva dos fabricantes e na qualificação da mão de obra especializada para atender à expansão e modernização do setor elétrico.

Ferrovias

— Coordenador:

Julio Fontana Neto (Rumo)

— Coordenador Adjunto:

Davi Barreto (ANTF)



Objetivos

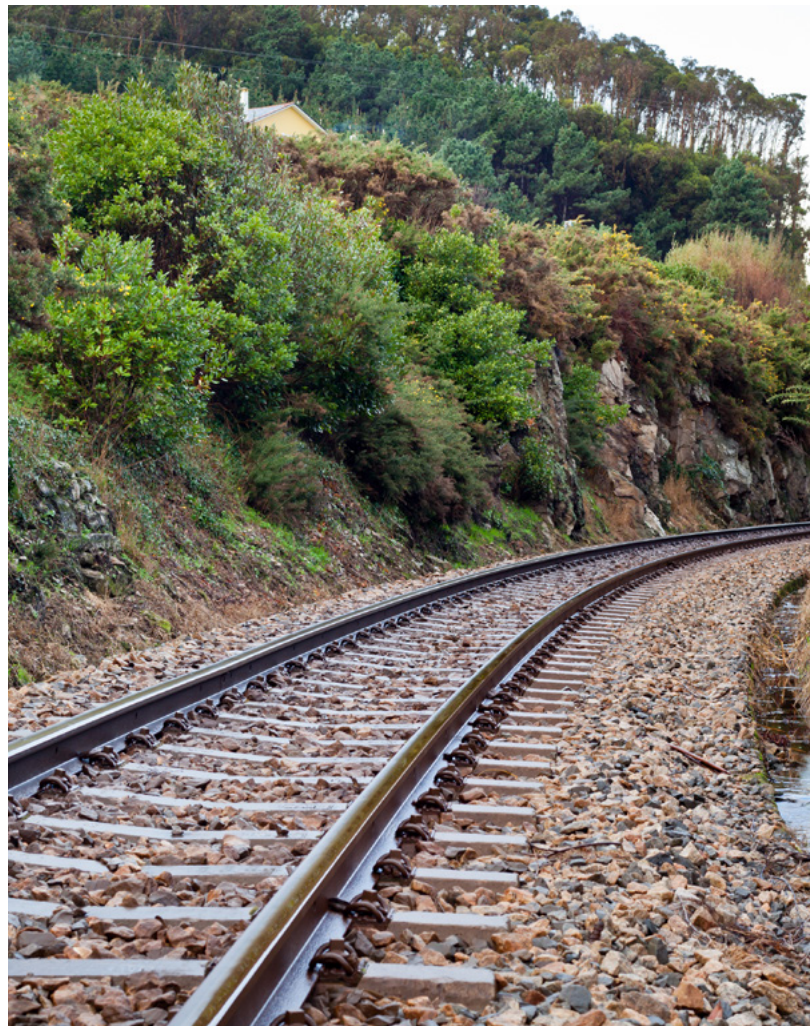
Assegurar a estabilidade regulatória e jurídica necessária para a continuidade dos investimentos, fomentando a renovação dos contratos de concessão e a viabilização de projetos de expansão através de mecanismos financeiros sustentáveis e de uma agenda regulatória eficiente.



Plano de ação

- Acompanhar a Agenda Regulatória da ANTT: Atuar proativamente na definição e implementação dos novos ciclos regulatórios, com foco na consolidação das Condições Gerais de Transporte Ferroviário (ROF e RSF), em especial, nas normas: (i) ROF 1 (Regras Gerais dos Contratos de Concessão e Autorização); (ii) RSF 1 (Direitos e Garantias dos Usuários e Serviço Adequado); (iii) ROF 2 (Bens, Projetos, Obras e Operações Ferroviárias); e (iv) RSF 2 (Direitos e Garantias dos Passageiros).

- Atuar no Judiciário em Temas Estruturantes (Tributário e Trabalhista): Defender a segurança jurídica do setor junto às cortes superiores, priorizando a solução definitiva para a cobrança de IPTU sobre bens públicos arrendados (STF) e o monitoramento de ações trabalhistas de alto impacto, como o reenquadramento de maquinistas e monocondução.
- Viabilizar Incentivos Financeiros Sustentáveis: Fomentar a criação e o acesso a linhas de financiamento verde e incentivos fiscais, articulando a elegibilidade do setor ferroviário no Fundo Clima (para expansão e modernização), a regulamentação do mercado de créditos de carbono e o acesso ao Fundo da Marinha Mercante (FMM).



- Apoiar a Conclusão das Prorrogações Antecipadas: Acompanhar e apoiar os processos finais de prorrogação dos contratos de concessão, a exemplo da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e Ferrovia Tereza Cristina (FTC), garantindo que os novos ciclos de investimento sejam efetivados.
- Consolidar Carteira de Projetos Prioritários: Estabelecer e promover um portfólio de investimentos ferroviários de longo prazo (visão do setor privado), em alinhamento com as diretrizes do Plano Nacional de Ferrovias e a carteira de projetos lançada pelo Ministério dos Transportes.
- Aprimorar a Metodologia de Precificação de Investimentos: Atuar junto aos órgãos governamentais (MT, DNIT e ANTT) para a revisão e atualização dos sistemas oficiais de custos (Sicro e Sicfer), assegurando que os orçamentos de novos projetos e investimentos cruzados reflitam a realidade de mercado.
- Apoiar Autorregulação Ferroviária e Inovação: Contribuir, de forma geral, para a modernização da regulação, notadamente no apoio à ANTF na implementação da autorregulação técnico-operacional do setor ferroviário, fomentando o desenvolvimento de soluções tecnológicas e o uso de recursos de inovação (RDT) para a modernização de sistemas e o aumento da eficiência operacional.
- Trabalhar pelo desenvolvimento do setor, com maior participação do transporte ferroviário de cargas gerais, além de grãos e minérios. Isso é essencial para que seja feita a migração para o modal ferroviário desse tipo de carga.
- Trabalhar pelo desenvolvimento das ferrovias de passageiros.

Financiamento, fundos, riscos e garantias

— **Coordenador:**
Hugo Assunção (Perfininfra)

— **Coordenador adjunto:**
André Dabus (Marsh)



Objetivos

Avaliar as fontes de recursos para projetos de infraestrutura, identificar limitações para seus usos, riscos e sugerir estruturas de seguros e garantias (projetos/financiamento) para mitigar os riscos de operação e bancabilidade. O comitê tem como principais pilares de sua atuação: I) implementação do *Project Finance Non Recourse*, utilizando a experiência internacional; II) ampliar a atratividade de financiamento interno e externo para investimentos em infraestrutura (*equity*) e acompanhar as mudanças na legislação enfatizando a importância do mercado de capitais; III) buscar alternativas para mitigação de riscos não gerenciáveis (riscos políticos, crédito, demanda e variação cambial) e avaliar instrumentos contratuais e extracontratuais (públicos e privados) que possam amenizar as consequências financeiras, econômicas e sociais da materialização destes riscos.



Plano de ação Avaliação e Mitigação de Riscos

- Contribuir para o fortalecimento das Agências Reguladoras na qualificação dos projetos e avaliação de mitigadores de riscos.
- Sugerir estruturas de seguros e garantias para mitigar riscos operacionais e de bancabilidade.

- Propor mecanismos contratuais e extra-contratuais para mitigar riscos climáticos, políticos, de crédito, demanda e variação cambial.



Plano de ação Financiamento e Fundos

- Padronizar processos de qualificação e habilitação de fundos de investimento junto às Agências Reguladoras.
- Definir modalidades e condições de aplicação de recursos com instituições oficiais de crédito, incluindo proteção contra variação de taxas como a TLP.
- Incentivar o uso de financiamentos isentos, como as novas debêntures de infraestrutura conforme a Lei 14.801 para ampliar o *funding*.



Plano de ação Estruturação Financeira e Garantias

- Implementar *Project Finance Non Recourse*, promovendo debates com bancos de desenvolvimento e agências multilaterais sobre seguros e garantias como alternativa às fianças bancárias hoje usadas nestes financiamentos.
- Implementar o Seguro Garantia para garantir o sobre custo do Capex em *Project Finance full Non Recourse* em substituição à fiança bancária.
- Atuar junto a bancos de fomento para alocar riscos de encampação, caducidade e extinção de contratos de concessão em estruturas de *Project Finance*.
- Estimular mecanismos e fundos garantidores públicos e privados para cobertura de eventos climáticos extraordinários.



Plano de ação Hedge cambial e tarifário

- Promover discussão sobre reajustes tarifários vinculados ao dólar para viabilizar financiamento externo.
- Desenvolver mecanismos de hedge cambial para emissão de *Project Bonds* no exterior, ampliando fontes de financiamento.

Geração

— **Coordenadora:** Lilian Ferreira Queiroz (AXIA Energia)



Objetivos

Apoiar a ABDIB com análises técnicas, institucionais e estratégicas e com propostas para interlocução com agentes públicos e privados, visando à construção de um ambiente favorável ao investimento, compatível com os desafios do suprimento elétrico, diante das oportunidades de evolução do mercado, regulatórias e tecnológicas, com foco no aproveitamento combinado de todas as fontes limpas disponíveis, assegurando sustentabilidade financeira, ambiental, operacional e segurança jurídica.

Apoiar estrategicamente, com a responsabilidade de discutir, analisar e propor soluções para os aspectos relevantes da geração de energia, considerando as diversas fontes, suas especificidades, externalidades e impactos sistêmicos, bem como atuar com proposições nas regulamentações e políticas públicas que afetam o setor elétrico.



Plano de ação

- Fortalecer o canal de diálogo permanente com as diversas entidades do setor, em

- especial MME, ONS, EPE, CCEE, Aneel e Ibama, além de outras esferas governamentais, discutindo o arcabouço legal-regulatório, a previsibilidade institucional e a estrutura de governança existentes do setor.
- Contribuir para a adequada aplicação das novas medidas do marco legal do setor elétrico, inclusive com proposições de regulamentação, avaliando as indicações do planejamento da expansão e tendo como um dos critérios mais importantes a sua conexão com a operação do sistema, para que as ações conjuntas do operador e demais agentes ocorram com segurança, eficiência e baixo custo sistêmico.
 - Propor contribuições regulatórias na geração hidrelétrica, assegurando retorno aos investimentos em modernização de usinas, fomentando a digitalização do setor e, conseqüentemente, a redução de custos operacionais, a otimização da eficiência energética e o aumento da confiabilidade e segurança do sistema elétrico.
 - Atuar junto aos órgãos ambientais para a viabilização da expansão das diversas fontes de geração frente ao crescimento da carga, de forma segura, econômica e em conformidade com a legislação ambiental.
 - Apoiar a expansão de fontes renováveis de geração de energia e o desenvolvimento de tecnologias de armazenamento, como baterias, usinas hidrelétricas reversíveis e combustíveis derivados de fontes renováveis, como o hidrogênio.
 - Estimular e apoiar a valoração dos atributos de capacidade de geração das usinas hidrelétricas para viabilização do aproveitamento do potencial remanescente, por meio da instalação de unidades geradoras complementares ou por repotenciação.
 - Discutir e propor condições regulatórias para a valoração da energia de reserva de capacidade por soluções híbridas, térmicas de partida rápida, hidrelétricas reversíveis, armazenamento de energia e uso do hidrogênio.
 - Analisar os desdobramentos do marco legal da geração eólica offshore.
 - Debater o aumento da resiliência do sistema elétrico frente a eventos climáticos extremos e propor a consolidação de diretrizes técnicas sobre resiliência climática em sistemas elétricos, no contexto da adaptação às mudanças do clima.
 - Promover a discussão de uma política para a estruturação da cadeia de valor da geração eólica no Brasil, juntamente com associações do setor e órgãos públicos.
 - Atuar como agente de divulgação da matriz energética brasileira, de base altamente renovável, como ativo estratégico para atração de investimentos no Brasil.
 - Analisar os impactos econômicos, tarifários, federativos e sobre a atratividade de investimentos decorrentes do PL nº 3.864/2023.
 - Analisar e acompanhar os desdobramentos da MP 1.304/2025.



- Acompanhar os impactos da abertura total do mercado livre de energia sobre a expansão da geração, a formação de preços, a viabilidade de novos empreendimentos e os modelos de contratação.
- Acompanhar e propor soluções regulatórias para o tratamento dos cortes de geração (*curtailment*) das fontes eólica e solar, visando mitigar perdas financeiras e garantir previsibilidade aos investidores.
- Debater diretrizes de cibersegurança aplicadas às usinas de geração e às infraestruturas críticas do sistema elétrico, considerando os riscos associados à digitalização e à operação remota.
- Avaliar o papel dos instrumentos de financiamento climático, dos créditos de carbono e das taxonomias verdes como indutores da expansão da geração renovável no Brasil.
- Propor a evolução regulatória do mercado de serviços ancilares, contemplando novas tecnologias, armazenamento de energia, usinas híbridas e resposta da demanda.

Iluminação pública e cidades inteligentes

— **Coordenador:** Gustavo Gusmão (EY)

— **Coordenadora adjunta:** Adriana Ferreira Tavares (Tozzini Freire)



Objetivos

Avaliar, propor e promover soluções e recomendações visando à modernização da iluminação pública e ao fomento de tecnologias convergentes associadas a cidades

inteligentes, particularmente incentivando a adoção de boas práticas de estruturação, regulação e financiamento de contratos de PPPs.



Plano de ação

- Propor e executar ações visando à consolidação de um ambiente regulatório robusto para o setor de iluminação pública, otimizando compatibilidades com serviços inteligentes.
- Debater e disseminar propostas para harmonizar e viabilizar, de forma consistente e sustentável, soluções de cidades inteligentes em contratos de PPPs que contemplem serviços de iluminação pública como objeto principal, inclusive no que concerne à modelagem de projetos e processos licitatórios eficientes.
- Debater os impactos da Reforma Tributária para o setor de iluminação pública.
- Monitorar avanços legislativos acerca das tendências e avanços em tecnologias sob a ótica das cidades inteligentes, trazendo, quando possíveis exemplos de *benchmarking* de outros países.
- Realizar estudos e diagnósticos visando a aperfeiçoar aspectos de modelagem, licitação e gestão de projetos de PPPs de iluminação pública com serviços inteligentes.
- Fomentar o aperfeiçoamento de mecanismos de seguros e financiamento a PPPs de iluminação pública com serviços inteligentes.
- Debater e divulgar o uso da IA (inteligência artificial) em serviços associados a iluminação pública com serviços inteligentes.
- Monitorar a gestão e resultados de contratos de PPP de IP com ou sem serviços inteligentes.

Indústria e relações internacionais

— **Coordenadores:** Luis Mosquera (Siemens) e Daniel Godinho (WEG)



Objetivos

Acompanhar a implementação do plano governamental da nova política industrial denominado Nova Indústria Brasil – NIB lançado em janeiro de 2024 para modernizar o setor, com foco na inovação, sustentabilidade e competitividade.

Merece atenção especial da ABDIB as ações a serem desenvolvidas no âmbito da missão 3 – Infraestrutura, missão 4 – Transformação Digital, missão 5 – Biotecnologia e transição energética.

Verificar a adesão da NIB dentro da estratégia de desenvolvimento econômico visando aproveitar as novas oportunidades no contexto internacional em relação à transição energética rumo a economia verde e a inserção da indústria nas cadeias globais de valor.

O Comitê irá acompanhar e propor recomendações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base. Também irá trabalhar para o desenvolvimento da cadeia produtiva fornecedora de equipamentos para o mercado de *Data Centers* e ao sistema de armazenamento de energia (BESS).

Participar e propor ações para o desenvolvimento da infraestrutura no âmbito dos BRICS.

Acompanhar as iniciativas do governo e da proposta do setor em relação à COP31.



Plano de ação

- Discutir e sugerir ações para compatibilizar a política industrial à política macroeconômica.
- Participar, acompanhar e propor ações de políticas públicas no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), do qual a ABDIB participa.
- Propor a implantação de programas de qualificação de mão de obra e formação/fomento à educação.
- Promover a realização de seminário sobre a indústria, discutindo como o seu nível atual de abertura comercial, efeitos das taxas de importações colocadas sobre os nossos produtos, a importância da exportação de serviços.
- Promover debates para elaboração de políticas públicas de comércio exterior visando à uma maior integração produtiva do setor industrial brasileiro.
- Trabalhar, em conjunto com o Comitê de Inovação, para a obtenção de mais recursos públicos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
- Contribuir para a formulação de política industrial, que engloba fomento e inovação, em consonância com as melhores práticas internacionais ASG e a economia de baixo carbono.
- Debater e trabalhar pela implantação de um plano para estimular a Transformação Digital, como um meio de aumentar a competitividade e produtividade do Brasil (por exemplo: infraestrutura digital, aplicação de IA de forma responsável, segurança cibernética, tecnologia 5G, e outras tecnologias relacionadas à economia verde

- Acompanhar, debater e propor medidas para o desenvolvimento da indústria nacional na cadeia fornecedora de equipamentos para o mercado de Data Centers.
- Acompanhar, debater e propor medidas para o desenvolvimento de sistemas de armazenamento de energia por meio de baterias (BESS).
- Acompanhar e discutir temas que impactam a competitividade do comércio exterior e a inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.
- Discutir estratégias e ações para sanar os entraves e reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura e indústria de base.
- Discutir acordos comerciais, especialmente nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.
- Elaborar a agenda de propostas da infraestrutura para o próximo encontro dos BRICS.
- Acompanhar foros internacionais relevantes para a infraestrutura e indústria de base, tais como OMC, Mercosul, OCDE, União Europeia, entre outros.
- Apoiar e acompanhar a implementação da política de conteúdo local nos programas e projetos do Governo, principalmente, os contidos no PAC.
- Apoiar a aprovação do PL 6319/23, que cria o sistema de crédito de apoio às exportações de bens e serviços.



Infra social

— **Coordenador:** Ramon A. Pimenta
Ferreira (Accenture)

— **Coordenador Adjunto:** Ian Ramalho
(BNDES)

Objetivos

Discutir temas relacionados às Concessões e Parcerias Público Privadas nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Segurança Hídrica e Recreação. Esta iniciativa se destina a incorporar ao escopo, os temas relacionados com essa área que tem se aberto cada vez mais para o lado privado e em sintonia com as evoluções constantes da economia e com as oportunidades geradas pelos projetos inovadores.

Plano de ação

- Ampliação da participação dos entes privados nos Comitês: Promover a inclusão ativa de representantes do setor privado nos comitês de infraestrutura social, criando espaços para diálogo contínuo e troca de experiências.
- Avanço na Comunicação do Setor e Disseminação de Conhecimento: Desenvolver materiais e trilhas de conteúdo voltados à produção e divulgação dos benefícios do modelo de PPPs para infraestrutura social. Destacar cases de sucesso e experiências positivas, contribuindo para a disseminação do conhecimento e aprimorando a receptividade do tema junto à sociedade, gestores públicos e potenciais investidores.
- Expansão do Comitê: com atração de novos players do setor, considerando a aceleração da consolidação do mercado.

- Discussões estruturadas e criação de planos de propostas para as seguintes prioridades:
 - Consolidação dos modelos de garantias com uso de fluxos passantes de transferências constitucionais da União para os projetos de infraestrutura escolar e hospitalar (ex.: Fundeb, FNS, FPM, FPE e QSE).
 - Plano de comunicação do setor com a sociedade em geral.
 - Organização de eventos com a participação representantes e instituições do meio acadêmico.
 - Publicação de matérias na imprensa e artigos sobre infraestrutura social.



Inovação

— **Coordenador:** Mauricio Endo (Aegea)



Objetivos

Promover e incentivar a interação das empresas associadas da ABDIB com o Ecossistema de Inovação (*hubs, benchmarks, startups, ICTs e CVC*) para acelerar a transformação dos projetos e serviços de infraestrutura por meio da utilização de novas tecnologias, novas metodologias e fomentos à inovação, objetivando acelerar os ganhos de produtividade e a sustentabilidade dos projetos de infraestrutura nas fases de projeto, construção, financiamento, operação e manutenção dos ativos para reduzir o déficit e melhorar a qualidade dos serviços da infraestrutura nacional.



Plano de ação

- Realizar reuniões ou visitas bimestrais relacionadas aos temas do Ecossistema de Inovação: Especialistas em Inovação, Tecnologias Emergentes, Visitas a Hubs e ICTs e Pitch Day com Startups.
- Organizar reunião com representantes de órgão de Fomento à Inovação (FINEP, FAPESP, EMBRAPPII, BNDES) para explorar o uso de recursos subsidiados e a fundo perdido disponíveis.
- Organizar o evento “ABDIB Infratech Day 2026” com as empresas associadas classificadas no ranking das 150 empresas mais inovadoras do “Valor Inovação 2026” para compartilhar casos de sucesso e lições aprendidas.

Legal e tributário

— **Coordenador:** Marcio Alabarce (CCPA Advogados)

— **Coordenadora Adjunta:** Virginia Mesquita (Demarest Advogados)



Objetivos

Dar suporte jurídico às iniciativas de desenvolvimento de negócios da ABDIB, bem como aos demais comitês da entidade, em temas transversais que digam respeito a atividades estratégicas relacionadas à infraestrutura, contribuindo para a continuidade do ciclo virtuoso de investimentos observado nos últimos anos e para a superação dos gargalos ainda existentes no ambiente regulatório, fiscal e contratual.

A atuação do Comitê se organiza em três linhas complementares:

- **prospectiva**, voltada ao acompanhamento e ao aperfeiçoamento de marcos legais, regulatórios e normativos que impactem os setores de infraestrutura, especialmente diante da intensa agenda legislativa e institucional que marcou o ano de 2025;
- **reativa**, direcionada à solução de problemas concretos enfrentados pelas empresas associadas, bem como ao monitoramento de discussões judiciais e administrativas relevantes que possam afetar a segurança jurídica dos investimentos, a previsibilidade contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos projetos;
- **analítica e de debate**, destinada a aprofundar temas jurídicos estruturantes para o setor — tais como regimes de risco em contratos de longo prazo, impactos tributários sobre tarifas e reequilíbrios cautelares no epicentro da implementação da reforma

tributária, desafios decorrentes dos eventos climáticos extremos, políticas de mitigação e adaptação, autonomia das agências reguladoras e a consolidação de mecanismos de solução consensual de controvérsias e repactuação dos contratos.

Cumprido ao Comitê analisar e, sempre que demandado, dar suporte ao conselho de administração, a diretoria executiva e os associados quanto ao eventual ingresso da entidade como *amicus curiae* e à adoção de outras medidas estratégicas de natureza judicial ou institucional em temas de interesse coletivo.



Plano de ação

- Acompanhamento da regulação da reforma tributária e incorporação dos efeitos da Reforma aos Contratos de Concessão;
- Acompanhamento dos projetos de lei de reforma da legislação do Imposto de Renda, CSLL, consolidação da recém aprovada tributação de dividendos e tributação mínima global.
- Acompanhamento e atualização sobre a implementação e eventuais discussões da Nova Lei de Licitações e reformas na Lei de Concessões e PPPs.
- Acompanhamento da regulamentação das debêntures incentivadas e de infraestrutura, monitoramento de ameaças, e aperfeiçoamento dos demais instrumentos de acesso a crédito e financiamento da infraestrutura pelo mercado de capitais.
- Acompanhamento de propostas legislativas de interesse dos associados.
- Acompanhamento de novas modelagens, editais de concessão, especialmente no que concerne à matriz de risco e mecanismos de solução de controvérsias.
- Acompanhamento de discussões judiciais acerca de temas ligados à infraestrutura, especialmente incidência de IPTU em imóveis em concessão, inclusão de ISS na base de cálculo de PIS e de Cofins, dedução de materiais aplicados na construção civil na apuração de ISS, e modulações de efeitos das decisões judiciais.
- Acompanhamento da regulação de mercado de carbono, de modo a permitir o uso internacional desse mecanismo para financiamento e estruturação de projetos.
- Acompanhamento das discussões sobre renovação e relicitação dos projetos de concessão, especialmente junto ao TCU.
- Acompanhamento e aperfeiçoamento das regras sobre a utilização de precatórios para pagamento de outorgas, e implementação por Estados e Municípios.
- Acompanhamento das operações e aperfeiçoamento das regras relativas à securitização de créditos públicos, tendo em vista seu potencial de fomento a investimentos em infraestrutura.
- Acompanhamento da situação fiscal dos entes públicos em geral e do volume de investimentos desses entes na infraestrutura, sempre buscando direcionar o debate público para a proteção de um volume de investimentos.
- Acompanhamento de propostas relativas às agências reguladoras para evitar retrocessos.
- Acompanhamento das discussões sobre temas afins nos Comitês e Conselhos Tributários da CNI.
- Acompanhamento da inserção do tema infraestrutura (ou falta dela) nos debates e campanhas eleitorais que serão desenvolvidos no pleito eleitoral de 2026.

Mobilidade urbana

— **Coordenador:** Pedro Campos (Motiva)



Objetivos

Manter a interlocução com as autoridades governamentais para discussão de questões vinculadas à mobilidade nos centros metropolitanos, inclusive apoiando ações destinadas à concepção de mecanismos de gestão.

Contribuir com a melhoria contínua regulatória do setor e incentivá-la, no âmbito nacional e subnacional, com foco em segurança jurídica e sustentabilidade dos investimentos em novos projetos e em projetos existentes.

Discutir e disseminar boas práticas relacionadas a sustentabilidade, responsabilidade social, inovação, governança no setor de mobilidade, associada a estrutura financeira e de garantias dos projetos.



Plano de ação

- Dar visibilidade aos resultados do Estudo Nacional de Mobilidade Urbana em elaboração pelo BNDES e Ministério das Cidades, que mapeia necessidades de investimento em 21 regiões do país, discutindo formas de viabilização dos investimentos e atualizações do arcabouço regulatório, e discutir com base nos resultados, modelos de governança metropolitana adequados à realidade brasileira.
- Discutir Políticas Públicas que incentivem receitas acessórias como fator de viabilidade de projetos.
- Participar e promover fóruns de discussões, compartilhar o resultado de estudos com autoridades públicas e outros interessados a fim de difundir e contribuir com a

constituição de governanças metropolitanas, considerando a importância da estruturação de um regime jurídico adequado para as regiões metropolitanas, inclusive para suportar e viabilizar a estruturação de projetos de mobilidade.

- Ampliar temas a serem discutidos: Câmaras de compensação e bilhetagem, Financiabilidade de projetos, Promoção de fóruns e discussão, com agentes do setor e o Poder Público, as estruturas de garantias públicas para projetos de mobilidade urbana, Acompanhar o Marco Legal do Transporte Coletivo de Passageiros, em tramitação no Congresso, Discussão sobre atuação das agências reguladoras em transporte e Eletromobilidade e micromobilidade.
- Promover discussões sobre marcos regulatórios vigentes, em consulta pública e em tramitação nos Poderes Legislativos.
- Desenvolver propostas de medidas efetivas para contribuir com a diminuição de crimes relacionados a atos de vandalismo e roubos no transporte público (cabos, infraestruturas, veículos).



Portos

— **Coordenador:** Antonio Carlos Sepulveda (Santos Brasil)

— **Coordenador adjunto:** José Augusto de Castro (Tozzini Freire)



Objetivos

Promover iniciativas voltadas ao incremento dos investimentos na expansão da infraestrutura de portos, terminais e hidrovias e à melhoria do ambiente regulatório e de interação com órgãos de controle.



Plano de ação

- O Comitê contribuirá para que os investimentos previstos aconteçam em ambiente regulatório adequado, se multipliquem, permitam atender à demanda por movimentação crescente no modal aquaviário e tenham a rentabilidade projetada.
- O Comitê propõe-se a atuar com base nos mesmo pilares que orientaram sua atuação em 2025: Aprimoramento da governança e gestão portuária, Redução do custo de captação para investimentos e Descarbonização.
- Estabelecimento de uma agenda junto ao Ministério dos Portos e Aeroportos e à ANTAQ para discussões de temas de interesse (como melhorias na governança e na regulação).
- Acompanhamento e participação na tramitação do PL 733/2025 da Câmara dos Deputados, que discute a modernização do marco legal do setor.
- Acompanhamento do pipeline de investimentos para o setor, servindo o ambiente

das reuniões do Comitê para apresentação de informações sobre os principais ativos disponibilizados.

- Realização de reuniões periódicas de seus membros com convidados especiais (do setor público e do setor privado), nos temas com pertinência temática com os pilares do comitê, em especial sobre novidades do ponto de vista regulatório.

Recursos hídricos e saneamento básico

— **Coordenador:** Rogério Tavares (Aegea)

— **Coordenadora Adjunta:** Christianne Dias Ferreira (ABCON)



Objetivos

Monitorar e propor ações setoriais voltadas ao cumprimento das Metas de Universalização do atendimento, em 2033/2040, previstas no Marco Legal.



Plano de ação

- Contribuir com a nova versão do Decreto Regulamentador da Lei 11445/2007, a ser colocado em Consulta Pública pelo Ministério das Cidades.
- Acompanhar e, no que couber, apresentar contribuições, ao PL 3772/2024, que altera a Lei 11445/2007, permitindo que o Poder Concedente possa expandir o objeto de contratos, já celebrados, de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, para que mais componentes, notadamente serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e de manejo de resíduos sólidos urbanos, possam ser incluídos.

- Promover diagnóstico sobre a capacidade de resposta da cadeia de suprimentos, frente ao crescimento do volume de investimentos já programado para o setor, consoante as metas de universalização pactuadas.
- Acompanhamento dos processos de delegação de serviços a operadores privados, privados.
- Fomentar o debate sobre alternativas para a delegação de serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas a operadores privados: escopo; critérios para cobrança de tarifas ou taxas; modelagens possíveis.
- Acompanhamento do processo de edição das normas de referência da ANA.
- Monitorar as políticas públicas relacionadas ao enfrentamento de eventos climáticos extremos e seu reatamento no setor de saneamento.
- Monitorar o processo de regionalização dos serviços de saneamento.
- Debater e divulgar as experiências em curso sobre reuso de água e resiliência hídrica.
- Articular eventos para discussão dos principais temas do setor, com atores do Governo Federal, Estados Municípios, Associações, Organizações Multilaterais, Instituições Financeiras, MPT, TCU e Judiciário.



Resíduos sólidos

— **Coordenador:** Carlos Villa (Solvi)

— **Coordenador Adjunto:** Pedro Maranhão (ABREMA)

Objetivos

Apresentar às autoridades e discutir com a sociedade um conjunto estruturado de sugestões, ações e propostas concretas destinadas à modernização do setor de resíduos sólidos.

A pauta de trabalho e as reflexões propostas abrangem os eixos temáticos considerados prioritários para a transformação do setor, com destaque para a garantia da sustentabilidade econômico-financeira das operações, com a cobrança da taxa/tarifa dos serviços de gestão de resíduos, o fomento a soluções tecnológicas inovadoras para a valorização de resíduos – com ênfase no biometano e no Combustível Derivado de Resíduos (CDR) –, a mobilização de instrumentos econômicos como os créditos de carbono, o desenvolvimento e contínuo aperfeiçoamento da governança pública do setor e a busca por um ambiente de maior segurança jurídica para os investimentos e para a atividade empresarial.

Plano de ação

- Dialogar com a sociedade a respeito da importância da sustentabilidade do setor tendo como base publicações técnicas à respeito da Implementação da Cobrança tarifa/taxa dos serviços para o desenvolvimento sustentável da gestão de resíduos sólidos nas cidades, implementando a figura dos serviços envolvidos como *utilities*.
- Apoiar e estimular a constituição de Índices Setoriais de Preços (ISPs), dado o papel crucial que os mesmos têm no âmbito da Lei 14.133/21.
- Contribuir para o aperfeiçoamento do Marco do Saneamento, em futuras revisões e adequações, que incorporem as particularidades do manejo de resíduos sólidos, bem como a inclusão de todas as atividades que fazem parte da cadeia de geração de valor da qual ela faz parte.
- Fortalecer o MTR eletrônico (Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos) nos Estados já implantados e acelerar a implantação em novos Estados, promovendo cada vez mais a utilização deste importante sistema como ferramenta efetiva de fiscalização para os órgãos ambientais.
- Contribuir para o desenvolvimento de um mercado de CDR – Combustível Derivado de Resíduos, por meio de parcerias com órgãos ambientais, fornecedores e potenciais clientes, subsidiando o aperfeiçoamento de normas e instrumentos legais que possibilitem oferecer regramento no processo de validação, produção e comercialização, com segurança para a saúde humana e o meio ambiente.
- Potencializar os créditos de reciclagem não limitando o conceito apenas para a recuperação mecânica de secos e sim incluir a recuperação bioenergética, contribuindo assim na geração de créditos de reciclagem para outras formas de valorização como o CDR, biometano, entre outros.
- Fomentar ações em conjunto com autoridades locais, empresas e a sociedade, para erradicação de lixões a partir da identificação dos aterros sanitários existentes que possibilitem proporcionar uma destinação adequada e a possibilidade do encerramento desses vazadouros a céu aberto. Concomitantemente, implementar na região projetos de coleta seletiva para garantir a extensão da vida útil dos aterros sanitários e a estruturação da indústria da reciclagem, com a inclusão dos catadores em condições adequadas de trabalho.

- Contribuir na revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Planares, adequando os valores adotados tomando por base o que efetivamente avançou nos últimos 4 anos, ajustando projeções nacionais, inclusive frente aos benchmarkings internacionais utilizados anteriormente, quanto a geração e tratamento de resíduos sólidos, compreendendo inclusive parâmetros de viabilidade econômico-financeiros.
- Através da lei do Combustível do Futuro, que deve estabelecer percentuais cada vez maiores de substituição do gás natural pelo biometano, fomentar a produção e utilização do biometano de origem de aterros sanitários, incentivando a adoção desse combustível renovável entre os diversos segmentos da indústria e nos modais de transporte logístico.
- Promover o desenvolvimento do mercado de carbono nacional, fazendo com que seja reconhecido o papel mitigador do setor e por consequência seu valor, para atender às demandas de compensação no Brasil e em outros países, por meio dos Artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris.

Rodovias

— **Coordenador:** Gustavo Barreto (Motiva)

— **Coordenador Adjunto:** Luis Baeta (Aroeira Salles Advogados)



Objetivos

Garantir condições para a realização de investimentos públicos e privados em rodovias, atendendo à crescente demanda logística do país.

Contribuir para a melhoria contínua do marco regulatório do setor, em âmbito nacional e

subnacional, com foco em segurança jurídica e sustentabilidade dos investimentos, tanto em novos projetos quanto nos já existentes.

Promover e disseminar boas práticas relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social, inovação e governança no setor rodoviário, integradas à estrutura financeira e aos mecanismos de garantia dos projetos.



Plano de ação

O plano de ação do Comitê está estruturado em quatro pilares, alinhados aos objetivos estratégicos do comitê. A partir deles serão definidas ações específicas, como reuniões de trabalho, workshops, notas técnicas e posicionamentos. Os pilares são:

Segurança jurídica e regulatória

- Contribuir para o avanço de normas técnicas relevantes, com impacto setorial, por meio de mecanismos formais de participação e controle social, fomentando inovação e evolução das agendas regulatórias.
- Ampliar discussões sobre governança e segurança jurídica nos âmbitos estadual e municipal, disseminando boas práticas regulatórias, como criação, revisão e consolidação do arcabouço normativo.
- Desenvolver iniciativas que garantam uma agenda regulatória clara e acessível.

Diálogo e consensualismo entre o poder público e agentes regulados

- Propor melhorias no programa de concessões de rodovias e políticas públicas, com vistas a trazer sustentabilidade e competitividade para novos projetos.

- Ampliar a interação com órgãos de controle, especialmente o TCU, para evolução nas modelagens de projetos e soluções consensuais no âmbito da corte de contas.

Financiabilidade, Planejamento e Licenciamento Ambiental dos Projetos de Infraestrutura

- Ampliação da oferta de modelos de *'project finance'*, com o aumento da oferta de *'parcial'* ou *'non recourse'*, já praticados no mercado internacional.
- Ampliar o diálogo para incentivar a realização de investimentos públicos nas rodovias não concedidas, com foco em mecanismos de financiamento público e vinculação de receitas/outorgas.
- Contribuir para a elaboração de políticas públicas de planejamento de médio e longo prazos destinados ao setor de rodovias.

Esg e inovação

- Participar da formulação de propostas relacionadas às agendas climáticas, promovendo infraestrutura resiliente, sustentável e alinhada à economia de baixo carbono.

Sustentabilidade

— **Coordenadora:** Karin Formigoni (Arcadis)

— **Coordenador adjunto:** Henrique Paiva (Siemens Energy)

Objetivos

Promover o compartilhamento de boas práticas ESG: facilitar o intercâmbio de experiências e soluções inovadoras entre as empresas associadas, destacando estratégias bem-sucedidas

de sustentabilidade, governança corporativa e impacto social positivo.

Fomentar o alinhamento das empresas com as metas climáticas globais e nacionais: orientar as indústrias na integração das metas das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) brasileiras e das discussões das COPs, incluindo as decisões e direcionamentos provenientes da COP-30, destacando as implicações para o setor industrial.

Acompanhar e influenciar regulações ambientais e climáticas: monitorar as mudanças regulatórias relacionadas ao mercado de carbono, políticas de transição energética e incentivos à economia circular, atuando como uma voz ativa para defender os interesses das indústrias associadas.

Promover discussões sobre o impacto das mudanças climáticas e estimular ações preventivas (mitigação e adaptação), investimentos em infraestrutura sustentável que tornem as indústrias mais preparadas para os desafios das mudanças climáticas e seus impactos.

Identificar, avaliar e apoiar o setor na busca de soluções dos problemas identificados no âmbito do licenciamento ambiental, nos diversos níveis federativos, que causam insegurança jurídica e conflitos judiciais devido à dubiedade ou ausência de legislação específica.



Plano de ação

- Mapear as práticas ESG das empresas participantes e identificar gaps em relação às metas climáticas (NDCs, COPs): criar um banco de boas práticas de ESG com exemplos nacionais e internacionais, realizar Manual de boas práticas ESG da ABDIB por setor e criar um relatório anual com resultados obtidos pelas empresas associadas em dimensões do ESG a definir.



- Discutir temas relevantes associados a Regulações e Tendências:
 - Acompanhar o avanço do mercado de carbono e novas regulações ambientais que tragam impacto às indústrias, com o apoio da estrutura de comunicação da ABDIB.
 - Quando for identificado tema de relevância e interesse para as empresas, promover palestras com especialistas que possam auxiliar no entendimento de regulações ou tendências interessantes (ex: NDCs brasileiras e o impacto das COPs para o setor industrial).
- Mudanças Climáticas e o impacto na indústria:
 - Promover rodas de discussão sobre os impactos das mudanças climáticas e como promover análises de risco ao negócio, em transversalidade com o comitê de riscos.
- Conscientizar as empresas em relação à necessidade de medidas de mitigação (descarbonização), adaptação e resiliência (ações preventivas e gestão de risco).
- Divulgação e Engajamento:
 - Lançar uma campanha de comunicação ao final do ciclo destacando as ações das associadas em ESG e criando maior engajamento dos membros do Comitê.
 - Promover a discussão sobre as melhores práticas e agenda ESG e o papel do setor de infraestrutura nas políticas relacionadas às mudanças climáticas e sustentabilidade como um todo e propor encaminhamentos.
 - Buscar sempre atualizações para as empresas participantes das legislações relacionadas a ESG no âmbito Global (como CBAM e Deforestation act) de forma a antecipar o que as empresas brasileiras devem se preparar.

Transição energética

— **Coordenador:** Marcio Zapater (Promon)

— **Coordenadora adjunta:**

Maria João Pereira Rolim
(Rolim, Goulart, Cardoso Advogados)



Objetivos

Acompanhar e contribuir para as diversas temáticas relacionadas à agenda federal da transição energética e descarbonização da indústria.

Assessorar e subsidiar a ABDIB em sua estratégia e agenda de participação na Conferência das Partes realizada anualmente.

Promover discussão das temáticas relevantes para subsidiar as estratégias de transição energética e descarbonização dos associados da ABDIB.

Suportar a divulgação de iniciativas de sustentabilidade dos associados da ABDIB.



Plano de ação

- Realização de seminários, workshops e reuniões periódicas abordando temas relevantes para a agenda, e, quando adequado, em coordenação com os demais Comitês da ABDIB, incluindo, mas não se limitando às seguintes temáticas:
 - Regulamentação da Legislação de Biocombustíveis do Futuro de o hidrogênio de baixo carbono;
 - Evolução dos Mercados de Carbono regulado e voluntário, regulamentação do Sistema brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) e mecanismos estabelecidos no Acordo de Paris;
 - A evolução dos minerais críticos no Brasil e seu papel na transição energética, incluindo regulação e incentivos.

- Sustentabilidade no setor de transportes, evolução da eletrificação, combustíveis renováveis, priorização de modais mais eficientes, regulação e novas tecnologias.
- Armazenamento de energia elétrica: tecnologias, aplicações, regulação e formas de contratação.
- Data Centers: demanda de energia, impactos no sistema elétrico e mitigantes para sustentabilidade e segurança energética.
- Descarbonização da indústria: iniciativas que vão além de contratação de fontes de energia renovável e incluem eletrificação, combustíveis de baixo carbono, eficiência energética, entre outros.
- Evolução do modelo do setor elétrico face aos temas sustentabilidade, segurança energética e justiça energética; tecnologias e regulação para maior inserção de fontes renováveis na matriz energética, incluindo a mitigação de *curtailment*.

- Acompanhar a implementação dos resultados da COP 30: Pacote de Belém apresentou um conjunto de 29 decisões em temas como transição justa, financiamento da adaptação, comércio, gênero e tecnologia.

Transmissão

— **Coordenador:**

Carlos Adolfo de Souza Pereira (ABDIB)



Objetivos

Identificar, propor e apoiar medidas que viabilizem investimentos de expansão e modernização da transmissão, face à sua importância estratégica para o processo de transição energética, bem como ações que visam garantir a sustentabilidade do setor de transmissão de energia elétrica.



Plano de ação

- Aprimorar e consolidar o modelo regulatório. Contribuir proativamente na agenda regulatória do setor de transmissão de energia elétrica, atuando no sentido de influenciar construtivamente e promover amplo debate para que o setor se torne cada vez mais atrativo, eficiente e estável, com foco no respeito aos contratos e na previsibilidade regulatória. Dentre os principais temas para o ano de 2026 cabe ressaltar:
 - **Inadimplência Setorial:** reduzir impactos financeiros e riscos regulatórios decorrentes de inadimplência de agentes.
 - **Licenciamento Ambiental:** modernização dos processos de licenciamento para evitar atrasos críticos em projetos e permitir o fortalecimento da infraestrutura.
 - **Excludente de Responsabilidade:** garantir reconhecimento regulatório para eventos climáticos, furtos e sabotagens, impacto por máquinas agrícolas e outros.
 - **Incentivo ao Desenvolvimento de Outras Receitas:** criar mecanismos regulatórios e institucionais que permitam às transmissoras desenvolverem novas fontes de receita com maior retenção dos valores gerados, reduzindo a obrigação de reversão para modicidade tarifária, sem comprometer a sustentabilidade do setor.
 - **Reforma Tributária:** avaliar e atuar junto às diversas instituições envolvidas, com vista aos reais impactos e eventuais medidas que possam atenuar as consequências da Reforma Tributária em implementação no Brasil.
 - **Concessões Vincendas:** acompanhar próximas etapas do processo de regramento dos contratos em final de prazo de concessão, com garantia de indenizações justas sobre investimentos não amortizados, bem como renovações ou relicitações que assegurem a continuidade operacional do sistema interligado.
- **Fortalecer a transmissão para a transição e transformação energética:** dotar o SIN de maior resiliência e flexibilidade para fazer frente à variabilidade das fontes de geração. Dessa forma a incorporação de novas soluções e tecnologias, bem como medidas que contribuam para maior robustez frente a eventos climáticos extremos.
- **Buscar a competitividade e liberdade econômica:** exercer permanente diálogo e articulação junto a órgãos de governo, associações de fornecedores e de fabricantes, instituições financeiras e outras instituições, de forma a garantir as condições necessárias para a efetivação dos programas de expansão e modernização da transmissão, sempre privilegiando princípios de liberdade econômica vigentes. Destaca-se, ainda, o estímulo a ações relacionadas ao programa de treinamento e capacitação de mão de obra especializada, para montagem de linhas de transmissão e subestações, em parceria com Senai, Abrate e outras instituições.
- **Governança setorial:** manter permanente diálogo com as diversas instituições do setor elétrico, tendo em vista o papel fundamental da ABDIB como representante do setor de infraestrutura nacional, buscando estabelecer canal permanente de interlocução com entidades como MME, EPE, ONS e ANEEL, além de outras instituições afins.